

SUMÁRIO

Apresentação, xxi

1 Inquérito Policial, 1

- 1 Conceito e notícia histórica, 1
- 2 Finalidade do inquérito policial, 2
- 3 Natureza jurídica do inquérito, 3
- 4 Forma e prazo, 5
- 5 Instauração, 6
 - 5.1 Instauração e *notitia criminis*, 7
 - 5.2 Requisição pelo juiz e pelo Ministério Público, 9
 - 5.3 Indiciamento e foro privilegiado, 10
- 6 O poder de polícia e as diligências do inquérito, 10
- 7 Questões polêmicas no inquérito, 12
 - 7.1 Indiciamento, 13
 - 7.2 Identificação criminal, 15
 - 7.3 Sigilo, 19
 - 7.4 Incomunicabilidade, 21
 - 7.5 Nomeação de curador ao indiciado menor de 21 anos, 22
- 8 Relatório final, 25
- 9 Defesa no inquérito, 25
- 10 Valor probante, 28
- 11 Trancamento do inquérito, 29
- 12 Arquivamento, 30
 - 12.1 Arquivamento implícito, 34

12.2 Recursos, 34

13 A investigação pelo Ministério Público, 35

2 Ação Penal, 41

1 Ação penal de iniciativa pública, 41

1.1 Princípios, 42

1.2 Ação penal pública condicionada, 44

1.2.1 Representação, 44

1.2.2 Representação: titularidade e prazo, 45

1.2.3 Requisição do Ministro da Justiça, 49

2 Ação penal de iniciativa privada, 50

2.1 Princípios, 51

2.2 Espécies, 53

2.2.1 Ação penal de iniciativa privada propriamente dita, 53

2.2.2 Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública, 54

2.2.3 Ação penal de iniciativa personalíssima, 56

2.3 Queixa, 57

2.3.1 Queixa: titularidade e prazo, 57

2.4 Decadência, renúncia, perdão e perempção, 61

3 Ação penal popular, 64

3 Ação Civil *Ex Delito*, 67

1 Indenização mínima imposta na sentença penal condenatória, 68

2 Execução da sentença penal condenatória, 69

3 Ação civil de indenização, 71

4 Indenização em caso de sentença absolutória, 72

4 Sujeitos Processuais, 75

1 O acusado, 76

2 O defensor, 77

2.1 A Defensoria Pública, 81

3 Ministério Público, 83

3.1 O princípio do promotor natural, 87

3.2 Assistente da acusação, 88

4 O querelante, 90

5 O ofendido, 90

6 O juiz penal, 91

7 Auxiliares da justiça e peritos, 96

5 Procedimento Comum Ordinário, 99

1 O esquema procedimental brasileiro, 99

- 2 Procedimento comum ordinário, 101
 - 2.1 Procedimento comum e pena máxima, 102
- 3 Denúncia e queixa, 104
 - 3.1 Oferecimento e recebimento da denúncia ou queixa, 106
 - 3.2 Indeferimento e rejeição da peça acusatória, 108
 - 3.3 Aditamento da inicial, 110
 - 3.4 Imputação alternativa, 111
 - 3.5 Requerimentos da denúncia ou queixa, 111
 - 3.6 A possibilidade do litisconsórcio ativo, 112
- 4 Citação, 112
 - 4.1 Citação real, 114
 - 4.2 Citação por edital, 115
 - 4.2.1 Suspensão do processo e do prazo prescricional, 117
 - 4.3 Citação com hora certa, 120
 - 4.4 Revelia, 121
- 5 Resposta inicial, 123
- 6 Possibilidade de absolvição sumária, 125
- 7 Audiência de instrução e julgamento, 127
 - 7.1 Declarações do ofendido, 130
 - 7.2 Depoimentos testemunhais, 130
 - 7.3 Esclarecimentos dos peritos, 132
 - 7.4 Acareações, 133
 - 7.5 Reconhecimento de pessoas ou coisas, 133
 - 7.6 Interrogatório do acusado, 134
- 8 Requerimentos de diligências, 135
- 9 Debate da causa, 136
- 10 Sentença penal, 139
 - 10.1 Despachos, 139
 - 10.2 Espécies de sentença, 139
 - 10.3 Estrutura material da sentença, 141
 - 10.3.1 Estrutura material e correlação fática da sentença, 144
 - 10.3.2 *Emendatio libelli*, 144
 - 10.3.3 *Mutatio libelli*, 146
 - 10.3.4 Reconhecimento de agravante na sentença, 150
 - 10.4 Estrutura formal da sentença, 151
 - 10.5 Sentença penal e seus efeitos, 153
 - 10.5.1 Sentença absolutória, 153
 - 10.5.2 Sentença condenatória, 155
 - 10.6 Efeitos da sentença em relação ao juiz, 157
 - 10.7 Coisa julgada penal, 157
 - 10.8 Publicação e intimação da sentença, 160
- 11 Prazo para conclusão do processo comum ordinário, 162

- 6 **Procedimento Comum Sumário, 165**
 - 1 Hipóteses de aplicação do procedimento sumário, 165
 - 2 Mecânica do procedimento, 166
 - 3 Prazo de duração do processo, 168

- 7 **Tribunal do júri, 171**
 - 1 A eterna polêmica sobre o júri, 173
 - 2 Origem histórica, 176
 - 2.1 O júri no Brasil, 177
 - 3 O júri na CF de 1988, 179
 - 3.1 Plenitude da defesa, 179
 - 3.2 Sigilo das votações, 180
 - 3.3 Soberania dos veredictos, 180
 - 4 Competência do tribunal do júri, 182
 - 5 A organização do júri e a função dos jurados, 185
 - 6 Procedimento bifásico, 187
 - 6.1 Juízo da acusação, 189
 - 6.1.1 Desclassificação do crime, 190
 - 6.1.2 Absolvição sumária do réu, 191
 - 6.1.3 Impronúncia, 193
 - 6.1.4 Pronúncia, 194
 - 6.1.5 Pronúncia e *mutatio libelli*, 196
 - 6.1.6 Despronúncia, 197
 - 6.2 Juízo da causa, 197
 - 6.2.1 Preparação do processo, 198
 - 6.2.2 Designação do julgamento, 200
 - 6.2.3 Desaforamento, 200
 - 6.3 Instalação do julgamento em plenário, 204
 - 6.4 Instrução em plenário, 206
 - 6.5 Debates, 209
 - 6.6 Formulação e votação dos quesitos, 212
 - 6.7 Sentença do juiz-presidente, 216
 - 6.8 Recursos, 218

- 8 **Juizado Especial Criminal, 219**
 - 1 Justificativas para a instituição dos juizados criminais, 219
 - 2 A crítica aos juizados especiais, 221
 - 3 Princípios, 225
 - 4 Competência, 226
 - 5 Infração de menor potencial ofensivo, 227
 - 5.1 Contravenções penais, 230

- 6 Violência doméstica e familiar contra a mulher, 230
- 7 Procedimentos especiais, 232
- 8 Execução de penas, 232
- 9 O procedimento na Lei nº 9.099/95, 234
 - 9.1 Audiência preliminar, 235
 - 9.2 Procedimento sumaríssimo, 237
 - 9.3 Transação penal, 238
 - 9.4 Cumprimento da transação, 241

9 Procedimentos Especiais, 243

- 1 Crimes de falência, 245
 - 1.1 Procedimento, 245
 - 1.2 Ação penal, 246
 - 1.3 Prescrição da ação penal, 247
 - 1.4 Competência, 247
- 2 Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, 249
 - 2.1 Procedimento e defesa preliminar, 250
 - 2.2 Competência, 251
- 3 Crimes contra a honra, 252
 - 3.1 Ação penal, 252
 - 3.2 Pedido de explicações em juízo, 253
 - 3.3 Procedimento, 254
 - 3.4 Audiência de reconciliação, 254
 - 3.5 Exceção da verdade, 255
 - 3.6 Competência, 257
- 4 Crimes contra a propriedade imaterial, 257
 - 4.1 Procedimento, 258
 - 4.2 Ação penal, 258
 - 4.3 Providências preparatórias da ação penal, 260
 - 4.4 Competência, 261
- 5 Crimes de drogas, 261
 - 5.1 Aplicação da Lei nº 9.099/95, 263
 - 5.2 Procedimento nos crimes de produção e tráfico de drogas, 263
 - 5.3 Recolhimento do réu à prisão, 265
 - 5.4 Investigação policial, 266
 - 5.5 Ação penal, 267
 - 5.6 Competência, 268
- 6 Crimes de imprensa, 268
 - 6.1 Ação penal, 269
 - 6.2 Procedimento, 271
 - 6.3 Competência, 273

- 7 Crimes eleitorais, 274
 - 7.1 Ação penal, 275
 - 7.2 Procedimento, 277
 - 7.3 Competência, 279

- 10 Suspensão Condicional do Processo, 281**
 - 1 Suspensão do processo e princípio liberal de inocência, 281
 - 2 Admissibilidade da suspensão, 283
 - 3 Requisitos, 284
 - 4 Momento e condições do *sursis* processual, 288
 - 5 Proposta de suspensão, 289
 - 6 Período de prova, 291
 - 7 Revogação do benefício, 292
 - 8 Cumprimento das condições e extinção da punibilidade, 293

- 11 Questões e Processos Incidentes, 295**
 - 1 As questões prejudiciais, 296
 - 2 As exceções, 297
 - 2.1 Espécies, 298
 - 3 Restituição das coisas apreendidas, 299
 - 4 Incidente de falsidade documental, 300
 - 5 Incidente de insanidade mental do acusado, 301

- 12 Competência Penal, 305**
 - 1 Competência funcional e material, 306
 - 2 Fixação da competência, 308
 - 3 A instituição dos órgãos judiciários e suas competências na CF, 309
 - 4 Jurisdições especiais, 310
 - 4.1 Justiça do Trabalho, 310
 - 4.2 Justiça Eleitoral, 311
 - 4.3 Justiça Militar, 313
 - 4.3.1 Crimes militares, 314
 - 4.3.2 Regras casuísticas, 315
 - 4.4 Justiça Política, 317
 - 5 Jurisdição comum, 318
 - 5.1 Justiça Federal, 318
 - 5.2 Justiças Estaduais, 320
 - 5.3 Concurso entre as jurisdições federal e estadual, 321
 - 6 Tribunal do júri, 321
 - 7 Juizados especiais criminais, 323
 - 8 Tribunal penal internacional, 324

- 9 A determinação da competência no CPP, 324
 - 9.1 Competência *ratione loci*, 325
 - 9.2 Competência *ratione materiae*, 327
 - 9.3 Competência *ratione personae*, 328
- 10 Foro por prerrogativa de função, 330
 - 10.1 Casos específicos de foro por prerrogativa de função, 333
- 11 A competência por distribuição, conexão, continência e prevenção, 335
 - 11.1 *Forum attractionis* em caso de conexão ou continência, 337
 - 11.2 Separação de processos, 338
 - 11.3 *A perpetuatio jurisdictionis*, 339
- 12 Competência absoluta e relativa, 340
 - 12.1 Competência material absoluta e juiz natural, 343
- 13 Conflito de competência, 344
- 14 Conflito de atribuições, 346

13 Teoria Geral da Prova, 349

- 1 O problema da verdade, 349
- 2 A verdade no processo penal, 351
- 3 Objeto da prova, 352
- 4 A prova na história, 353
- 5 O direito à prova, 356
- 6 Produção da prova, 358
 - 6.1 Produção antecipada de prova, 359
- 7 Finalidade, 360
- 8 Princípios, 361
- 9 Classificação das provas, 362
- 10 Ônus da prova, 362
- 11 Os poderes instrutórios do juiz, 364
- 12 A prova emprestada, 366
- 13 O problema das provas ilícitas, 367
 - 13.1 Provas ilegais, 368
 - 13.2 Provas ilegítimas, 368
 - 13.3 Provas ilícitas e o princípio da proporcionalidade, 370
 - 13.4 Prova ilícita em benefício do réu, 371
 - 13.5 Prova ilícita por derivação, 371
 - 13.6 Desentranhamento da prova ilícita, 373

14 As Provas em Espécie, 375

- 1 Interrogatório do réu, 376
 - 1.1 Natureza do interrogatório, 376
 - 1.2 Momento processual oportuno, 378

- 1.3 Características do interrogatório, 379
- 1.4 Formas especiais de interrogatório, 380
- 1.5 Direito ao silêncio, 380
- 1.6 Direito de não dizer a verdade, 383
- 1.7 Formalidades e métodos do interrogatório, 384
- 1.8 Interrogatório por videoconferência, 385
- 2 Confissão, 388
 - 2.1 Espécies doutrinárias, 389
 - 2.2 Caracteres da confissão, 390
 - 2.3 Confissão e direito ao silêncio, 391
- 3 Prova testemunhal, 392
 - 3.1 O testemunho, 392
 - 3.2 As testemunhas em juízo, 393
 - 3.3 Número de testemunhas e os poderes instrutórios do juiz, 397
 - 3.4 Tutela penal do depoimento, 399
 - 3.5 Proteção à testemunha, 399
- 4 O exame de corpo de delito, 400
- 5 Perícias, 402
- 6 Documentos, 404
- 7 Indícios, 406
- 8 Reconhecimento de pessoas e coisas, 407
- 9 Declarações do ofendido, 408
- 10 Interceptação telefônica, 409
 - 10.1 Espécies, 410
 - 10.2 Procedimento, 411
 - 10.3 A inviolabilidade das comunicações telefônicas, 414
 - 10.4 A inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos *e-mails*, 415
 - 10.5 A inviolabilidade das comunicações de dados, 416
- 11 Interceptação ambiental, 418
- 12 Quebra de sigilo bancário, 419
- 13 Delação premiada, 422
- 14 Prova pelo DNA, 425
- 15 O Sistema das Nulidades Processuais, 427**
 - 1 Natureza jurídica das nulidades processuais, 428
 - 2 Nulidades quanto à gravidade do vício, 429
 - 2.1 Atos irregulares, 429
 - 2.2 Atos inexistentes, 430
 - 2.3 Nulidade absoluta, 430
 - 2.4 Nulidade relativa, 431
 - 2.5 Anulabilidade do ato, 431

- 3 Princípios que informam o sistema de nulidades, 432
- 4 Rol das nulidades, 434
 - 4.1 Nulidades em face do CPP, 434
 - 4.1.1 Nulidades sanáveis, 446
 - 4.2 Nulidades em face da CF, 446
- 5 Arguição e decreto de nulidade, 447

- 16 O Processo Cautelar Penal, 449**
 - 1 Ação e processo cautelar, 450
 - 2 Cautelaridade penal e liberalismo, 451
 - 3 O sistema da cautelaridade no CPP, 454
 - 4 Poder cautelar do juiz e sistema acusatório, 456

- 17 Prisão Preventiva, 459**
 - 1 Natureza da prisão preventiva, 463
 - 2 Antecedentes no direito comparado, 465
 - 3 A lei aplicável, 468
 - 4 Requisitos legais – o *fumus boni juris* ou *fumus commissi delicti*, 469
 - 4.1 Prova da existência do crime, 469
 - 4.2 Índícios suficientes de autoria, 472
 - 5 Finalidades da prisão preventiva – *periculum in mora* ou *periculum libertatis*, 473
 - 5.1 Garantia da ordem pública, 477
 - 5.2 Garantia da ordem econômica, 482
 - 5.3 Conveniência da instrução criminal, 486
 - 5.4 Certeza de aplicação da lei penal, 488
 - 6 Aspectos processuais e casos específicos, 490
 - 6.1 Momento da decretação, 490
 - 6.2 Natureza da decisão, 491
 - 6.3 Autoridade competente, 491
 - 6.4 Proibição da custódia preventiva, 493
 - 6.5 Recurso cabível, 494
 - 6.6 Apresentação espontânea do acusado, 495
 - 6.7 Prisão preventiva e a Lei do Desarmamento, 496
 - 6.8 Prisão preventiva nos crimes de falência, 497
 - 6.9 O Código de Processo Penal Militar, 498
 - 6.10 Prisão preventiva no Estatuto do Estrangeiro, 498
 - 6.11 Citação por edital e prisão preventiva, 500
 - 6.12 Primariedade e bons antecedentes, 500
 - 6.13 Encarceramento, 501
 - 6.14 Duração da custódia, 502



18 Prisão em Flagrante, 505

- 1 Estado de flagrância, 507
- 2 Espécies doutrinárias, 511
- 3 As garantias constitucionais na prisão em flagrante, 513
- 4 Flagrante em crime permanente, habitual e continuado, 515
- 5 Flagrante nos crimes formais, 516
- 6 Flagrante na Lei nº 9.099/95, 517
- 7 Flagrante na lei antidrogas, 517
- 8 Flagrante em crime de ação privada, 518
- 9 Auto de prisão em flagrante, 519
- 10 Nomeação de curador, 522
- 11 Homologação do auto de flagrante pelo juiz, 523
- 12 Proibição da prisão em flagrante, 525

19 Prisão Temporária, 527

- 1 Natureza cautelar da prisão temporária, 528
- 2 Requisitos legais, 528
- 3 Prisão temporária e prisão preventiva, 531
- 4 Decretação e prazo de duração, 532
- 5 Análise crítica, 534

20 Outras Modalidades de Prisões Processuais, 537

- 1 Prisão decorrente de pronúncia, 537
- 2 Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível, 538
- 3 Prisão extrapenal, 540

21 A Garantia do Devido Processo Legal e as Prisões Processuais, 543

- 1 Princípios garantistas, 544
- 2 Presunção de inocência e prisão processual, 546
- 3 O princípio da fundamentação e a prisão processual, 549
- 4 Prisão provisória e as garantias constitucionais, 551
- 5 O uso de algemas, 552
- 6 Prisão especial, 555
- 7 Indenização pela prisão ilegal ou injusta, 556

22 Liberdade Provisória, 561

- 1 Natureza jurídica, 562
- 2 Espécies, 563
- 3 O regime jurídico da liberdade provisória, 565
 - 3.1 A liberdade provisória proibida, 567
 - 3.2 Liberdade provisória e crimes hediondos, 568

- 3.3 Primariedade e bons antecedentes, 571
- 3.4 Liberdade provisória, relaxamento da prisão e revogação da custódia preventiva, 571
- 3.5 Recurso cabível, 572
- 4 Fiança, 572
 - 4.1 Crimes afiançáveis, 573
 - 4.2 Valor da fiança, 574
 - 4.3 Cassação, quebra e perda da fiança, 575
 - 4.4 Esvaziamento do instituto, 576
 - 4.5 Recurso em caso de fiança, 577

- 23 Buscas, Apreensões e as demais Medidas Cautelares no Processo Penal, 579**
 - 1 Buscas penais e liberdades públicas, 580
 - 2 Busca domiciliar, 581
 - 3 Inviolabilidade do domicílio e a busca domiciliar, 583
 - 4 A inviolabilidade do escritório de advocacia, 586
 - 5 Busca pessoal, 588
 - 6 Inviolabilidade da pessoa e a busca pessoal, 589
 - 7 Medidas assecuratórias, 594
 - 7.1 Sequestro, 594
 - 7.2 Arresto, 596
 - 7.3 Hipoteca legal, 597
 - 8 Produção antecipada de prova, 599

- 24 Teoria Geral dos Recursos, 601**
 - 1 Fundamentos do duplo grau de jurisdição, 602
 - 2 Natureza jurídica, 603
 - 3 Pressupostos, 604
 - 4 Princípios, 607
 - 5 Efeitos, 608
 - 6 Decisões recorríveis, 609

- 25 Recursos em Espécie, 611**
 - 1 Recurso em sentido estrito, 611
 - 1.1 Cabimento do recurso, 612
 - 1.2 Processamento, 620
 - 1.3 Efeitos, 621
 - 2 Apelação, 621
 - 2.1 Caracteres, 622
 - 2.2 Espécies, 622
 - 2.3 Cabimento do recurso, 623

- 2.3.1 Apelação contra decisões do juiz singular, 623
- 2.3.2 Apelação no procedimento do Tribunal do Júri, 626
- 2.4 Processamento, 629
 - 2.4.1 Apelação sumária e ordinária, 629
 - 2.4.2 Apelação deserta, 630
- 2.5 O problema da *reformatio in pejus* e *reformatio in melius*, 631
- 2.6 Efeitos, 632
- 3 Embargos, 633
 - 3.1 Embargos de declaração, 633
 - 3.2 Embargos infringentes, 634
 - 3.3 Embargos de divergência, 635
- 4 Revisão criminal, 636
 - 4.1 Processamento, 637
 - 4.2 Efeitos, 638
- 5 Carta testemunhável, 639
 - 5.1 Processamento, 640
 - 5.2 Efeitos, 640
- 6 Correição parcial, 641
- 7 Agravos, 642
 - 7.1 Agravo de instrumento, 642
 - 7.2 Agravo em execução, 643
 - 7.3 Agravo regimental, 644

26 Recursos Constitucionais em Matéria Criminal, 645

- 1 Recurso ordinário, 645
 - 1.1 Recurso ordinário no STF, 646
 - 1.2 Recurso ordinário no STJ, 648
- 2 Recurso especial, 649
 - 2.1 Hipóteses de cabimento, 649
 - 2.2 Pressupostos e processamento, 651
- 3 Recurso extraordinário, 652
 - 3.1 Hipóteses de cabimento, 653
 - 3.2 Pressupostos e procedimento, 654

27 Os Instrumentos Clássicos de Tutela da Liberdade Individual, 657

- 1 O *habeas corpus*, 657
 - 1.1 Origem histórica, 658
 - 1.2 O *habeas corpus* no Brasil, 659
 - 1.3 Natureza jurídica, 661
 - 1.4 Espécies, 662
 - 1.5 Sujeitos intervenientes, 662

- 1.6 Hipóteses de impetração, 664
- 1.7 Restrição constitucional, 667
- 1.8 Competência, 667
- 1.9 Procedimento, 670
- 1.10 Efeitos da decisão que concede o *habeas corpus*, 673
- 1.11 Recursos, 674
- 2 O mandado de segurança, 676
 - 2.1 Competência e procedimento, 679
- 3 O *habeas data*, 679

28 Atos e Prazos Processuais, 683

- 1 Formalização dos atos processuais: termos, autos e laudos, 684
- 2 Prazos, 686
 - 2.1 Espécies de prazos, 686
 - 2.2 Contagem dos prazos, 687
 - 2.3 Prazos para acusação e defesa, 689
- 3 Comunicação dos atos processuais, 689
 - 3.1 Citação, 690
 - 3.2 Intimação e notificação, 690
 - 3.3 Formas das intimações e notificações, 691
 - 3.4 Cartas precatórias, 692
 - 3.5 Cartas rogatórias, 692

29 O Processo de Execução Penal, 695

- 1 Natureza da execução penal, 695
- 2 Teorias sobre a pena, 698
 - 2.1 Teorias retribucionistas ou absolutas, 699
 - 2.2 Teorias preventivas ou relativas, 700
 - 2.3 Teorias mistas ou ecléticas, 701
 - 2.4 Teorias da prevenção geral positiva, 702
 - 2.5 Teorias ressocializadoras, 703
 - 2.6 Teorias radicais, 704
- 3 Sistemas penitenciários, 704
- 4 A LEP e seus fins, 705
- 5 Os direitos do condenado, 707
- 6 Espécies de penas, 710
 - 6.1 Pena privativa de liberdade, 710
 - 6.2 Pena de multa, 711
 - 6.3 Penas alternativas ou restritivas de direitos, 711
- 7 Órgãos da execução penal, 713
 - 7.1 Competência do juízo da execução, 715

- 8 Procedimento da execução penal, 716
 - 8.1 Incidentes da execução, 717
 - 8.2 Recursos no processo de execução, 718
- 9 Estabelecimentos penais, 718
- 10 Cumprimento das penas restritivas de direitos, 720
- 11 Execução da pena de multa, 722
- 12 Regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade, 723
 - 12.1 Progressão, 724
 - 12.2 O exame criminológico para a progressão de regime, 726
 - 12.3 Regras dos regimes fechado e semiaberto, 728
 - 12.4 Remição de pena, 728
 - 12.5 Livramento condicional, 729
 - 12.6 Disciplina na prisão e o regime disciplinar diferenciado (RDD), 731
- 13 A crise da execução penal e a questão carcerária, 733

Bibliografia, 739